

Ceuta e Alfarrobeira: informação e diplomacia no século XV

*Douglas Mota Xavier de Lima*¹

*Gustavo Magave Dias*²

RESUMO

O estudo da diplomacia constitui um dos domínios mais tradicionais da História, no entanto a investigação destes temas nos períodos anteriores ao século XVII sofre com a desconfiança e o descrédito. Não obstante, as temáticas em questão têm recebido novas atenções por parte dos historiadores nas últimas décadas, sendo a relação entre Informação e Diplomacia um exemplo desses novos estudos. Observa-se que entre o final da Idade Média e a constituição do mundo moderno, os poderes laicos e eclesiásticos buscaram obter vantagens políticas através da coleta e do uso da informação. Com base nessa problemática, o presente artigo analisa dois casos, a campanha militar para a conquista de Ceuta e as repercussões da batalha de Alfarrobeira, no intuito de compreender o desenvolvimento das políticas de informação em finais da Idade Média e a crescente importância da informação para a diplomacia ibérica.

PALAVRAS-CHAVE: Informação. Diplomacia. Península Ibérica.

ABSTRACT

The study of diplomacy is one of the more traditional areas of history, however the investigation of these issues in the periods prior to the seventeenth century suffers from distrust and disbelief. Nevertheless, the issues in question have received new attention by historians in recent decades, and the relationship between Information and Diplomacy is an example of these new studies. It is observed that between the end of the Middle Ages and the constitution of the modern world, the secular and ecclesiastical powers sought political advantages through the gathering and use of information. Based on this problem, this article analyzes two cases, the military campaign for the conquest of Ceuta and the repercussions of the battle of Alfarrobeira, in order to understand the development of politics of information in the late Middle Ages and the growing importance of information for Iberian diplomacy.

KEYWORDS: Information. Diplomacy. Iberian Peninsula.

¹Professor Adjunto da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), campus Santarém, na área de História Antiga e Medieval. Doutor (2016) e Mestre (2012) em História pelo PPGH-UFF. Coordenador do Vivarium - Laboratório de Estudos da Antiguidade e do Medieval/Núcleo Norte e membro do Scriptorium - Laboratório de Estudos Medievais e Ibéricos da UFF.

² Graduando em História e bolsista de IC na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA). gustavomagavedias@gmail.com

A conquista portuguesa da praça africana de Ceuta, em 1415, constitui um marco da História de Portugal e do processo de Expansão Ultramarina ibérica e europeia. Em meio aos aspectos da campanha, destaca-se a singular atuação régia na condução dos preparativos militares da investida, ação que se caracteriza pelo sigilo dos objetivos e do destino da armada e, principalmente, pelo envio de embaixadas oficiosas e pela promoção de contrainformação. Destarte, convém interrogar como, através do relato de Gomes Eanes de Zurara e do relatório do espião aragonês Ruy Dias de Vega, a monarquia portuguesa articulou informação e diplomacia a fim de maximizar a investida militar contra Ceuta.

Algumas décadas à frente, durante o fim da regência do duque de Coimbra, encontra-se mais um caso de singular interesse para a problemática. O presente interesse concentra-se nas relações entre o conflito que levou à morte do infante D. Pedro na batalha de Alfarrobeira (1449) e as relações diplomáticas do reino, assim como nas repercussões da batalha fora de Portugal. Compreende-se que Alfarrobeira representou um significativo abalo nas alianças externa da monarquia portuguesa, afetando uma rede de alianças que nas décadas anteriores foi estruturada pelo próprio D. Pedro durante a sua viagem pela Cristandade (LIMA, 2012). Todavia, ao investigar as ações levadas a cabo por D. Afonso V no intuito de reestabelecer as relações diplomáticas do reino e de promover o resgate da imagem externa da coroa portuguesa, nota-se que tais ações revelam um aspecto singular da prática diplomática quatrocentista, a importância crescente da informação, assim como a busca do controle régio das versões dos acontecimentos.

Tendo em vista esses apontamentos, o artigo está estruturado em dois eixos. Primeiramente, algumas considerações sobre estudos relativos ao tema da Informação e Diplomacia em finais da Idade Média. Em seguida, a discussão de dois casos: por um lado, o papel da contrainformação na campanha de Ceuta, demonstrando as ações da realeza no intuito de garantir o sigilo sobre o destino da armada; por outro, a discussão sobre as versões da batalha de Alfarrobeira, notando as diferentes informações sobre

a batalha em crônicas portuguesas e estrangeiras, e as ações de D. Afonso V a fim de promover a “verdadeira informação” sobre o ocorrido.

Informação e diplomacia no final da Idade Média

A palavra *Informação* tem origens no termo latino *informatio/informo* e, inicialmente, aparece utilizada em dois contextos básicos: para designar o ato de dar uma forma à matéria e para expressar o ato de comunicar conhecimento; aos quais, ao longo do medievo, foi acrescido o sentido pedagógico de instrução. Como demonstram Rafael Capurro e Birger Hjørland (2007), durante o período moderno o termo continuou associado à uma noção abstrata, ainda que crescentemente influenciado pela filosofia empirista, localizando-se a ruptura com a perspectiva abstrata apenas com o surgimento da teoria da informação no século XX.

A noção de *Informação* caracteriza-se atualmente por sua versatilidade, estando presente em estudos das Ciências da Informação, das Ciências Naturais, das Ciências Exatas e das Ciências Humanas e Sociais. Nesta grande área, o termo aparece deveras associado a questão da “sociedade de informação” e a teóricos como Daniel Bell (1999), Manuel Castells (1996, 1997 e 1998) e Frank Webster (1995). No bojo desses estudos, os historiadores se apropriaram, em especial nas últimas décadas do século passado, de temas do campo da Comunicação, tais como Propaganda, Opinião Pública, Espaço Público e Informação. Por mais que esta inclinação seja sensível mormente nas pesquisas relacionadas à História Contemporânea e ao Tempo Presente, ela também se manifesta, de forma crescente, entre os medievalistas³.

³Cf: *Politische Kommunikation an der Wende vom Mittelalter zur Neuzeit* (1998), de Christina Lutter; *Convaincre et persuader* (2007), de Martin Aurell; *Information et désinformation au Moyen Âge* (2010), de Jean Verdon; e as obras coletivas *Le forme della propaganda politica nel Due e nel Trecento* (1993), *La circulation de nouvelles au Moyen Âge* (1993), *New approaches to Medieval communication* (1998), *Formen und Funktionen öffentlicher Kommunikation im Mittelalter* (2001), *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge* (2002) e *L'espace public au Moyen Âge* (2011).

No que pese o “pioneirismo” de Yves Renouard (1993, p.12-16), a multiplicação de estudos sobre Informação no medievo é um fenômeno recente e caracterizado pela diversidade de problemáticas, abarcando os mecanismos de comunicação orais e escritos, a criação e a utilização de dossiês de informação, o papel dos rituais e cerimônias, a circulação de notícias e rumores, entre outros temas (GAUVARD, 2002). Nesse universo, a perspectiva a ser adotada na presente reflexão concentra-se nos vínculos entre Informação e Política, problematizando, em linhas gerais, como a informação alimentou a prática do poder pelas autoridades públicas em finais do medievo, em especial através da diplomacia.

Tal orientação faz-se presente, de forma acentuada, na historiografia alemã com os estudos de Gerd Althoff, Christina Lutter, Michael Jucker, entre outros que avançaram nas aplicações das teorias da comunicação e da antropologia cultural para a compreensão da *politische Kommunikation*, termo que agrega os mecanismos da diplomacia medieval entendidos a partir das noções de “condições de comunicação”, relacionada aos documentos e à organização das chancelarias; “portadores de comunicação”, referentes aos mensageiros e embaixadores; e “regras de comunicação política”, correspondente às trocas e às negociações da diplomacia. Do mesmo modo, os conceitos de Comunicação/Informação vem estruturando pesquisas sobre a comunicação diplomática, as quais têm contribuído, entre outros aspectos, para elucidar a posição dos embaixadores nas missões diplomáticas⁴.

Ao longo dos séculos XIV e XV constata-se o crescente papel da informação nas preocupações dos governantes e, de acordo com Isabella Lazzarini:

News, rumours, and speculations (*nouvelle, avisi, voci, rumori*) – that is, the whole spectrum of what we can generally define as 'information' –

⁴O levantamento dos estudos sobre “comunicação política” na historiografia alemã e no campo da literatura medieval pode ser visto em: PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009, p. 5.

were more and more the currency of diplomacy. The control of information became crucial for small and great political actors, focusing the attention of diplomats on information-gathering, and creating a market for information that rewarded informers from many social groups. (LAZZARINI, 2015, p.70)

O trecho de Lazzarini expõe a diversidade envolvida na noção de informação e reafirma a ligação entre Informação e Política e, conseqüentemente, entre Informação e Diplomacia. Nesse sentido, a autora destaca a noção de *information-gathering*, expressão que remete tanto à importância crescente da informação em finais do medievo para os atores políticos, como ao desenvolvimento de mecanismos para a gestão, o controle e a manipulação de informações pelos mesmos atores, perspectiva presente ao afirmar que “*Attention to information grew steadily in the following century, slowly changing from gathering to control, and from control to manipulation*” (LAZZARINI, 2015, p.71).

Ao passo que Lazzarini concentrou suas reflexões no papel da comunicação para a compreensão da diplomacia italiana renascentista, as relações entre Comunicação e Política também serviram de base para Filippo de Vivo (2007). Ao analisar o caso de Veneza, Vivo faz uso da noção de *political communication* em um sentido amplo, isto é, como referência à circulação de informações e ideias relativas a instituições e eventos políticos, e a partir desta articula os meios de comunicação, as mensagens, os receptores e os intermediários, demonstrando como o governo veneziano gerenciava as informações políticas e esforçava-se para manter o segredo político.

A problemática presente nos trabalhos de Lazzarini e Vivo demonstra que ao final da Idade Média as cidades-Estados italianas vivenciaram uma crescente politização da informação – aspecto que também pode ser observado em outras unidades políticas da Cristandade –, o que implicou na maior importância dada pelos atores políticos à comunicação e no desenvolvimento de estratégias de gestão e manipulação de informações. Tais apontamentos estruturam-se em torno das noções de *information-*

gathering e *political communication*, termos que visam, de forma geral, sistematizar as diferentes ações relacionadas a circulação de informações políticas. No bojo dessas questões, estudos relacionados ao baixo medievo e ao período moderno, em especial à temática da espionagem e da diplomacia secreta, têm enfatizado a noção de *politics of information*⁵ como termo mais adequado para pensar a relação entre Informação e Política na época.

Emrah Gürkan, por exemplo, defende que:

Politics of information is a larger concept than “gathering” of information. Even though information gathering constitutes an important part of the state efforts to take advantage of information in their rivalries with other powers, (...) the “politics of information” encompassed a wider range of activities. It is the states’ efforts to create for themselves political advantages by using information. (...) This brings another dimension to the relationship between information and politics and accentuates the role of information in war-making, diplomacy, decision-making and strategy formulation. (GÜRKAN, 2012 p.38-39).

Tal como Gürkan, entende-se que *politics of information* é uma atividade, ou um conjunto de atividades, relacionada ao uso da informação pelos diversos governantes, os quais buscaram com essa política, maximizar os seus poderes. Nesses termos, a noção é distinta da ideia de *gather of information*, que tem uma preocupação com a busca da informação, ou a coleta, ao passo que *politics of information* diz respeito a utilização da informação, a qual se dá por mecanismos variados e com base nas informações previamente coletadas e/ou formuladas pelos governantes. Assim, compreende-se que a dita distinção não resulta em termos opostos, e sim complementares, os quais fazem parte do mesmo processo através do qual uma determinada autoridade toma decisões com base nas informações.

Os casos que serão analisados a seguir, isto é, a campanha de Ceuta e as versões de Alfarrobeira, articulam, em especial, dois aspectos da *politics of information*. Em primeiro lugar, o que será classificado como

⁵Como exemplo geral das problemáticas relacionadas ao termo na Idade Moderna, ver: DOOLEY, Brenda & BARON, Sabrina A. (ed.). *The Politics of Information in Early Modern Europe*. London and New York: Routledge, 2001.

“contrainformação”; e, em segundo, o “controle de informação”. Em relação ao primeiro termo, considera-se que ele expressa a tentativa de conduzir alguém ao erro, ou mesmo de dificultar o acesso a uma informação, propósito que seria feito, sobretudo, através da divulgação de notícias falsas. Não obstante, contrainformação não necessariamente se confunde com o rumor, notícia de origem e veracidade incerta e sem um emissor claro (GAUVARD, 1993), por mais que a contrainformação possa gerar rumores. Diferentes termos aparecem na tentativa de sistematizar os estudos sobre essa temática, como a ideia de *manipulação de informações* (LAZZARINI, 2015, p.73-76) e *desinformação* (GÜRKAN, 2012, p.40), porém se avalia que os termos são equivalentes ao que se considera como contrainformação. Baseado nisso, pensar a construção da campanha de Ceuta como resultado de uma contrainformação oferece diferentes perspectivas para o estudo das práticas políticas do período (JUCKER, 2006, p.1) e, especificamente, das políticas de informação presente nas cortes ibéricas quatrocentistas.

Outrossim, ao tratar de “controle de informações” procura-se evidenciar que, se por um lado a diplomacia funcionou como veículo de informações oficiais e oficiosas formuladas pela monarquia, aspecto de crescente interesse por parte dos historiadores e que tem dado lugar a problemática da *information-gathering* e suas implicações institucionais, a realza também procurou, através da diplomacia, controlar informações contrárias aos seus interesses, promovendo relatos oficiais, os quais nem sempre foram exitosos.

Contrainformação na campanha de Ceuta

A construção da campanha de Ceuta foi marcada, entre outros fatores, pelo envio de embaixadas oficiosas, isto é, missões que tinham o objetivo oculto a fim de satisfazer aos interesses do rei D. João I de garantir o sigilo sobre o alvo da armada que se preparava no reino de Portugal. Desde o início da preparação da campanha Gomes Eanes de

Zurara descreve como D. João tinha apreço ao sigilo e ao segredo, como no momento em que o rei chama alguns de seu conselho, os seus confessores e o infante D. Duarte, para discutir a possibilidade do ataque a cidade de Ceuta⁶. D. João I não compartilhou com todo o seu conselho suas preocupações a respeito do ataque àquela cidade, porém apresentou a questão somente a um pequeno círculo de pessoas. A política de segredo permaneceu caracterizando a construção da campanha, e dois casos bem expressivos são as embaixadas enviadas à Holanda e à Sicília.

De acordo com Zurara, a missão à Holanda teve o intuito de encobrir os preparativos para o ataque a Ceuta, utilizando-se, como pretexto, da existência de roubos praticados pelos naturais da Holanda contra os portugueses⁷. A estratégia de D. João estruturava-se no envio de Fernão Fogaça como embaixador, para que, uma vez recebido pelo duque, expusesse as críticas régias aos naturais do ducado e expressasse o desafio estabelecido pelo rei português – caso o duque não fizesse cessar as represálias praticadas pelos seus súditos contra os navios portugueses, D. João ver-se-ia obrigado a declarar-lhe guerra. Contudo, essa etapa da embaixada deveria ser precedida pelo contato secreto com o duque, e neste momento os verdadeiros objetivos que fundamentavam a missão deveriam ser expostos.

Em relação ao andamento da missão, Zurara informa que D. João contou com o apoio do duque da Holanda para que houvesse êxito na dissimulação. A pedido do monarca lusitano, Fernão Fogaça conversou em segredo com o duque da Holanda e explicou sobre o ataque que Portugal faria aos ditos “inimigos da fé”, diante disso este resolveu corroborar com a farsa. Perante o seu conselho o duque ouviu o que Fernão Fogaça tinha a dizer sobre os roubos feitos aos naturais de Portugal por moradores daquele

⁶“E el-Rei mandou logo chamar o mestre Fr. João Xira e o Dr. Fr. Vasco Pereira que eram os seus confessores e o infante Duarte, e assim outros alguns principais letrados, que se naquela cidade puderam achar. E também fez chamar alguns principais de seu conselho, ainda que poucos fossem, e sob grande segredo”. ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da Tomada de Ceuta*. Introdução e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América, 1992, Cap. X, p. 61.

⁷ ZURARA Gomes Eanes de. *Idem*, Capítulo XXVIII, p.112-113. “porque certo era que os naturais daquele ducado faziam mui grandes roubos no mar em os navios destes reinos” p. 113.

ducado e sobre a possível guerra que seria feita caso não fosse resolvido o problema. Ao terminar, o embaixador se retirou e o duque, em uma atitude de dissimulação, mostrou-se preparado para uma eventual guerra contra Portugal. Mas, conforme a crônica, tudo não passava de uma aliança entre o rei D. João I e o duque da Holanda. Fato é que tal embaixada criou uma contrainformação e gerou diversos rumores, aumentando assim o número de destinos possíveis para o ataque da frota lusitana.

A descrição cronística sobre esta viagem de Fernão Fogaça dá-se em dois capítulos da *Crônica da Tomada de Ceuta* (XXVIII e XXIX), todavia muitos são os aspectos desse texto passíveis de problematização, principalmente, pela falta de fontes coetâneas. Robert van Answaarden afirma que a datação de 1414 está equivocada, pois a embaixada ocorreu em 1411 (ANSWAARDEN, 1981), e seguindo essa orientação, a embaixada portuguesa ao conde da Holanda teve um duplo objetivo: camuflar os preparativos para Ceuta, e solucionar o problema das represálias recíprocas entre os portugueses e os súditos de Guilherme VI. A nova cronologia desta missão diplomática a insere antes da embaixada à Sicília, e coloca em 1410-1411 o início do preparo para a expedição na África⁸. Discordando dessa última proposta do autor e ciente das dificuldades de precisão e contextualização, prefere-se aceitar a missão diplomática à Holanda (1411) como mecanismo para encobertar o começo das iniciativas em prol de uma nova investida bélica – fosse ela direcionada para Granada ou para Ceuta.

Em relação a missão à Sicília, na crônica de Zurara D. João aparece propondo uma dissimulação: "por que eles vão para qual cousa tenho vontade de fingir uma formosa dissimulação" (ZURARA, 1992, p.79). O rei falava sobre a embaixada que seria enviada a rainha da Sicília⁹ que estava

⁸ Answaarden fundamenta sua afirmação acerca dos preparativos para Ceuta iniciarem-se em 1410 em um documento de 23 de novembro de 1410. Neste define-se a isenção da metade da sisa e dízima, concedida a quaisquer pessoas que de fora trouxessem armas para Portugal. Acredita-se que ter essa única fonte como base para a afirmação deixa a hipótese frágil, visto que o estímulo à entrada de armas no reino poderia favorecer tanto a manutenção da guerra contra Castela, como estruturar um possível ataque à Granada, que parece ser o principal objetivo de D. João entre 1412-1413.

⁹ Trata-se de D. Branca I de Navarra, esposa de Martin I, o Jovem, rei da Sicília e herdeiro de Aragão. Após a morte deste, em 1410, Branca permaneceu à frente do reino da Sicília até 1415. Sobre a

viúva, por essa razão, oficialmente, a embaixada negociaria o casamento do Infante D. Pedro com ela. Não obstante, o real objetivo da missão não era esse e a dissimulação preparada pelo rei tinha o objetivo de espionar a cidade de Ceuta. Segundo D. João I, era necessário primeiro conhecer a cidade para então preparar a armada. Por esse motivo, dois dos embaixadores escolhidos para essa missão foram o Prior do Hospital e o Capitão do mar, que para o monarca eram adequados para a tarefa e deveriam tirar todas as medidas e informações sobre a cidade de forma discreta, sem que qualquer pessoa percebesse.

Além das embaixadas oficiosas enviadas por Portugal, existiram embaixadas enviadas por reinos estrangeiros com o objetivo de confirmar a paz com os portugueses. Em parte, isso foi causado pelos rumores que corriam sobre o destino da frota preparada pelo reino português. Um desses exemplos é a missão enviada pelo reino de Castela, que mandou seus embaixadores para reforçarem o tratado de paz de Ayllón (1411). Do mesmo modo, outra missão enviada a Portugal foi a de Granada. Para o rei mulçumano a situação seria mais difícil do que para Castela, visto que nunca havia sido assegurado que a frota não era direcionada a ele. Os relatos feitos por Zurara mostram que os embaixadores de Granada tentaram diversas vezes conseguir a informação do destino da armada: primeiramente, se apresentaram ao rei e não conseguiram uma resposta satisfatória; depois, foram até a rainha D. Filipa e assim como com o rei não tiveram boa resposta; por fim, buscaram a resposta que queriam com o Infante Duarte, que acabou não revelando nada (ZURARA, 1992, p.132-134).

Apesar de Zurara descrever a missão enviada por Aragão antes da comitiva de Granada, preferiu-se separar a embaixada aragonesa pois ela, talvez, seja a principal expressão do impacto da contrainformação e dos rumores sobre a armada portuguesa. Pelos dados demonstrados, é indiscutível o fato de que as informações que corriam sobre a frota de

rainha, ver: FODALE, Salvatore – Blanca de Navarra y el gobierno de Sicilia. In: *Principe de Viana*, n. 60, n. 217, 1999, p. 311-322.

Portugal deixaram vários reinos temerosos quanto a possibilidade de um ataque. Dentre eles, D. Fernando de Antequera foi um dos mais preocupados quanto a um eventual ataque ao reino de Aragão ou da Sicília. Zurara não identifica a data em que a embaixada de Aragão foi enviada, nem mesmo os embaixadores que a compunham. No entanto, de acordo com António Joaquim Dias Dinis, essa embaixada teria acontecido no final do ano de 1414 e os embaixadores seriam o cavaleiro Suero de Nava e o jurista Dalmont de San Dionis. Seguindo a crônica de Zurara, D. Fernando queria certificar-se que a armada que vinha sendo preparada por D. João I não teria como objetivo nada do que fosse da posse dele. Em resposta, o rei de Portugal diz que não era contra ele que a frota estava sendo preparada e afirma que ajudaria ao rei de Aragão em qualquer conquista que ele viesse precisar (ZURARA, 1992, p.130). Além da resposta do monarca português dada a embaixada aragonesa, há uma carta de D. Filipa de Lancaster, esposa do rei D. João I, datada em 9 de janeiro de 1415, na qual diz que viu a carta de crença enviada por D. Fernando através de seus embaixadores e em resposta reforça que o seu marido não tem a intenção de atacar nada que for dele¹⁰.

Aparentemente, D. Fernando não confiava plenamente no que tanto o rei de Portugal quanto a rainha asseguravam a ele. Zurara diz que o aragonês recebia informações dos seus aliados e que muitos deles afirmavam o que não sabiam em uma tentativa de agradá-lo, provavelmente rumores que ouviam e levavam ao rei. Corroborando o que o cronista afirma, na *Monumenta Henricina* existem três cartas enviadas a D. Fernando tratando da armada, uma delas foi endereçada ao rei antes da carta de D. Filipa, ao que tudo indica esta seria de Juan Otger e dataria de 2 de janeiro de 1415; outra carta seria do embaixador Martinho de Torres, do dia 12 de fevereiro de 1415, após a carta da rainha portuguesa, e nesta se diz que o destino da frota de Portugal é a Sicília, reino no qual D. Fernando era rei; e uma última

¹⁰ *Monumenta Henricina*. Ed. António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960, 1968-1970, Vol. II, doc. 49.

carta também com informações sobre a frota portuguesa, datada provavelmente de 22 de fevereiro e escrita por Guilherme de Mir¹¹.

Após todas essas cartas D. Fernando envia uma correspondência ao rei D. João I agradecendo a resposta do rei enviada pelos seus embaixadores. Porém, doze dias depois dessa carta ser encaminhada ao rei de Portugal, D. Fernando envia um de seus espiões para se informar e detalhar tudo o que acontecia em Portugal e inclusive quais os possíveis destinos da empresa.

De acordo com uma carta enviada pelo rei de Aragão, datada de 3 de abril de 1415, Ruy Diaz da Vega deveria informá-lo dos detalhes militares da armada e de todas as outras circunstâncias sobre esta. Ao receber a carta o enviado aragonês teria partido para Portugal em busca de cumprir sua missão. O espião ao enviar o relatório para o rei de Aragão acusa ter começado a se informar sobre a frota desde o primeiro momento em Portugal. Ruy Diaz passou por Santarém e aos dezessete dias do mês de abril chegou em Sacavem, onde finalmente se encontraria com D. João I.

Conforme o relatório, observa-se que Ruy Diaz oficialmente estava ali como um enviado diplomático do rei de Aragão, com o personagem se intitulado como *mensageiro*. Em Sacavém, ele entrega uma carta enviada por D. Fernando, contudo, sua missão em Portugal não acaba, pois o rei pede que ele fique na pousada por alguns dias até que seja chamado para conversar na corte de Avis. Ruy Diaz relata que quando D. João o chamou para conversar na sua câmara foi alvo de algumas perguntas por parte do rei. Para Sanchez¹², Ruy Diaz teria sido alvo de uma “contraespionagem” ou, pelo menos, de certa prevenção por parte do rei português.

Ao terminar a entrevista, a missão de Ruy Diaz estaria oficialmente finalizada, porém a principal motivação dele não era entregar a carta, mas manter o seu senhor informado sobre a armada portuguesa. Por essa razão,

¹¹ *Ibidem*, Docs. 48, 52, 53.

¹² Por otro lado, también se dieron casos de espías que puede decirse que fueron espiados, como Çaide Alamín y Ruy Díaz de Vega, lo que demostraría la existencia, al menos aparente, quizá rudimentaria de un servicio de contraespionaje o, cuando menos, de cierta prevención. SANCHEZ, Santiago. El espionaje en los reinos de la Península Ibérica a comienzos del siglo XV, *En la España medieval*, Madrid, v. 38, 2015, p. 178.

diante dos infantes filhos de D. João que haviam chegado a câmara do rei, o espião cria uma história a fim de permanecer naquele reino e continuar coletando informações sobre a armada. Segundo o relatório, ele teria dito ao rei que a sua senhora, a rainha, deu-lhe também uma carta para entregar ao monarca, mas a correspondência teria caído na água quando chegou em Santarém. Por isso, pedia autorização para ficar naquela tão boa cidade até que a outra carta que ele pediu que fosse reescrita chegasse para ser devidamente entregue. O texto acrescenta que outras coisas foram ditas ao rei para que continuasse ali, contudo estas não são mencionadas no relatório. Dessa forma, D. João permitiu que ele ficasse na corte até a outra carta chegar.

O relatório de Ruy Diaz é muito bem detalhado e chama a atenção essa riqueza de informações que o espião escreve em seu relatório, desde a localização exata dos infantes, rei e rainha e até mesmo o que eles faziam, elementos que levantam alguns questionamentos. O primeiro deles é a precisão nas informações e a certeza que o próprio Ruy Diaz afirma ter em alguns momentos. Ao detalhar as tropas que seriam levadas por Portugal ele diz o seguinte: "*Et estos çiertos, que non a outra dubda, porque lo se yo çierto por los lybros*"¹³. Nota-se que ele afirma ter a certeza da informação pelo fato de ter visto os livros. Mas que livros seriam esses? Ao finalizar a descrição sobre a frota e as tropas, tanto do reino quanto estrangeiras ele afirma que:

Et, señor, plega a la vuestra alta senoria de saber que esta são las nãos e barchas et galeas Et galeotas que estan falta agora en toda su rregno nyn mas gente estrangera, syn outra dubda que non se yra aqui tres ommes nyn dez toneles, segund los lybros del mesmo rey¹⁴.

Neste último trecho o espião informa de que livro ele falava anteriormente. Trata-se do livro do rei e por essa razão ele afirma com absoluta certeza essas informações que passa para D. Fernando, visto que se

¹³ *Monumenta Henricina. Idem*, doc. 57.

¹⁴ *Ibidem*.

tratariam de informações oficiais e que seriam pouco discutíveis quanto a veracidade. No entanto, outra indagação surge. Como Ruy Diaz, oficialmente mensageiro e estrangeiro, e oficiosamente espião, conseguiu ter contato com o livro? Zurara oferece pistas de uma possível resposta. O cronista escreve o seguinte:

E mandou ao Infante Dom Henrique que se fosse à comarca da Beira e que fizesse ajuntar todos os condes e anadeis assim daquela comarca como da outra de Tralos Montes, e que, por seus livros, fizesse apurar toda a gente que fosse para servir, dando-lhe os cadernos dos alardos que já, ates disto, mandará fazer. Os quais em si tinha Gonçalo Lourenço, como dito é¹⁵.

D. João I pediu que D. Henrique, pelos livros do rei, fizesse a apuração das pessoas que fossem servir a ele e para isso deu ao infante os cadernos de recenseamento que estavam em posse de Gonçalo Lourenço, escrivão da Puridade. É possível que Ruy Diaz tenha conseguido o acesso a esses livros por intervenção de Gonçalo Lourenço, com quem o espião, após entregar a carta enviada por D. Fernando para o rei de Portugal, se encontrou. Portanto, apesar de não ser uma afirmação conclusiva, pode-se considerar que tal acesso ao livro tenha ocorrido¹⁶. Não obstante, ainda que o contato com o livro possa ter oferecido detalhamentos importantes para o relatório, sobressai o fato do espião permanecer com a incerteza sobre o destino da missão.

Ao escrever para D. Fernando ele afirma que alguns dizem que a armada ia para uma ilha chamada Svlanda (Holanda), e outros destinos citados seriam Frísia, Jerusalém, Granada e outros, incluindo nestes a Sicília. Ruy Diaz ao falar da possibilidade de um ataque à ilha diz o seguinte:

¹⁵ ZURARA, Gomes Eanes de. *Idem*. Cap. XXIX, p. 116.

¹⁶ DUARTE, Luís Miguel. Ceuta, 2015. 600 anos depois. Apud, PINTO, Vitor M.S. Viana. *De olhar atento e ouvidos à escuta*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado, 2015, p. 52.

Otrossy, senhor, dixeronme algunas personas que erran naturales de alla et an grande merced del rey de Portugal Et que non quierem que, en esta flota, vaya com el ommes castellano. Otrossy dyzen, senhor, que, sy esto no es, que ciertamente que va Secilla, avn que vos auja segurado de non danar en cousa vuestra¹⁷.

Conforme o relatório, Ruy Diaz não descartava a possibilidade de a frota ser direcionada a Sicília, pelo contrário, esse era um dos destinos que davam como o mais certo. Outrossim, o aragonês parece ter contato com alguém próximo do rei, pessoa que teria passado para ele a informação de que não queriam castelhanos nessa armada. Fato é que nesse primeiro relatório, o espião nem sequer fala no verdadeiro destino da frota, prova de que no que se refere a esse ponto não obteve muito sucesso. Ruy Diaz chega a falar de Ceuta apenas em seu segundo relatório, datado de 25 de julho, quando a frota já havia partido, no entanto, ainda não dá um destino como certo, propondo ser Ceuta ou Gibraltar o alvo, o que não o impede de concluir dizendo que nem mesmo D. João I saberia onde desarmariam¹⁸.

Alfarrobeira: versões de um acontecimento

Com a morte do rei D. Duarte, em 09 de setembro de 1438, teve início em Portugal uma regência que durou até 1448. Nesses anos de menoridade de D. Afonso V, a direção política do reino esteve, inicialmente, dividida entre a rainha D. Leonor de Aragão e o infante D. Pedro, duque de Coimbra e irmão do falecido rei, e a partir das Cortes de Lisboa de 1439, ficou sob a direção exclusiva do infante. Período de intensas disputas internas e externas, em especial envolvendo os projetos ibéricos dos Infantes de Aração, os anos da regência contribuíram para um acirramento das oposições entre as facções do reino, circunstância que, após o fim da regência, levou ao choque entre o infante e os grupos que ascenderam junto ao jovem monarca. Após tentativas frustradas de pacificação, este conflito

¹⁷ *Monumenta Henricina. Idem, doc. 57.*

¹⁸ *Monumenta Henricina. Idem, doc. 71.*

resultou, em 20 de maio de 1449, na batalha de Alfarrobeira, confronto que levou ao falecimento do antigo regente.

A descrição da peleja e da situação do corpo do ilustre Infante ficou registrada em diferentes fontes narrativas. Rui de Pina indica que:

O corpo do Infante jouve todo aquelle dia sem alma descuberto no campo à vista de todos, e sob a noite lançaram homens vis sobre um pavês, e o metteram hi logo em uma pobre casa, onde entre corpos já vazios d'almas e fedorentos, jouve tres dias sem candea, nem cobertura nem oração, que por sua alma publica se dissesse nem ousasse de dizer, o que foi grande prasma e vitupério da casa real (PINA, 1901, Vol. II Cap. CXXIII).

A mesma perspectiva aparece em Duarte Nunes de Leão, o qual acrescenta que:

Assi acabou o Infante D. Pedro, o qual andando pelo mundo entre gentes barbaras, e sem lei, e a elle tão estranhas, nelas achou humanidade, e por o valor de sua pessoa achou serviços, e cortesia, e em sua casa natural, de que seu pai fora Rey, e elle Regente de seus conjuntos, e irmãos, por fazer o que devia, padeceo morte, e aflicção, e o que de homens de tão alto sangue se não podia esperar, depois da morte, deshonna, e vitupério, para que sua fama fosse maculada, como o corpo fora castigado. (LEÃO, 1780, tomo II, cap. XXII).

Gaspar Dias de Landim, ligado à casa dos Bragança, também deixou escritos sobre o acontecido:

não quis [o rei] nem consentiu que se desse sepultura ao Infante, nem que fosse tirado d'entre os mortos, do logar em que cahira e acabara envolto sem seu sangue; e, passados aquelles dias, deu licença que o sepultassem, mas não em sepultura como quem era e como se devia a pessoa de tanta qualidade; e ao tempo que foi levado estava inchado já e corrupto de tal modo que se não podia soffrer o mau cheiro que d'elle procedia, e foi d'ahi levado a sepultar ao logar de Alverca, em sepultura humilde, como El-Rei já tinha mandado, sem se fazerem em seu enterramento honras algumas. (LANDIM, 1892, cap. XXVII)

As crônicas citadas foram escritas com uma distância significativa do acontecimento. A *Crónica de El-Rei D. Affonso V* foi concluída em c.1504, a *Crônicas e vidas dos reys de Portugal D. Duarte e D. Affonso V*, elaborada por Duarte Nunes de Leão na segunda metade do século XVII, e a *Crónica*

Inédita de Landim em 1630. Não obstante, nos textos o cerne da descrição se mantém, isto é, a conspiração contra o infante e, principalmente, a falta de honras e cuidados com o corpo de D. Pedro. Outro aspecto recorrente nas narrativas é a crítica à juventude de D. Afonso V, considerada sinal da inexperiência do monarca na condução da contenda.

Duarte Leão expõe que:

foi grande descredito da pessoa del Rey D. Affonso, e se seu entendimento, por não entender em idade de dezasete annos de Rey, que aquella injuria se fazia a sua molher, e a elle, e ao sangue Real; e que aos que padecem por justiça, não se nega piedosa sepultura. A esta simpleza, e fraqueza del Rey ajudava a crueldade, e malícia dos inimigos do Infante, que lhe mittião em cabeça, que vencera huma batalha campal, grande, e perigosa. (LEÃO, 1780, cap. V).

Do mesmo modo, Rui de Pina expressou tal perspectiva oferecendo sua “Exclamação à morte do Infante D. Pedro”:

Ó mui excellete Rei D. Affonso, onde estava vossa piedosa humanidade, onde se escondeu n’este passo vosso singular agardecimento, grande prudencia, e mui alto saber! Ó Divina Providencia! Ó Virtudes Celestiaes, pois com mãos não avaras os XVII annos d’este glorioso e mancedo Rei, n’este tempo dotastes de mais perfeições e bondades d’alma do que a outros Principes de muitos mais annos fizestes; porque tambem lhe não allumiastes seu mui angelico entendimento, com que perfeitamente conhecesse os falsos erros e claros enganões em que seus apaixonados servidores e conselheiros n’estes feitos traziam emlheado e cego por tal, que do conhecimento d’esta verdade e limpeza, que nunca foi conhecida, se evitara a morte e perda de um tão perfeito e innocente Principe...(PIINA, 1901, cap. CXXIV).

Ao considerar a “história da recordação de Alfarrobeira”¹⁹ observa-se que o acontecimento é narrado de forma a exaltar a figura do infante D. Pedro, denunciar a falta de honra como os restos mortais do infante foram tratados, criticar a juventude e mesmo a fraqueza de D. Afonso V, e condenar as ações da facção contrária ao antigo regente, encabeçada pelo duque de Bragança. Desta maneira, o discurso cronístico ao passo que defende a figura de D. Pedro também não imputa ao rei a culpa pelo acontecimento. No entanto, convém questionar como essa memória de Alfarrobeira, que se expressa no texto de Rui de Pina e parece estar cristalizada no século XVII, se estruturou no período imediato à batalha. Em outras palavras, parafraseando Duby, como se disputou o jogo da memória e do esquecimento em torno de Alfarrobeira?

Em primeiro lugar, tal interrogação direciona à problemática da circulação de informações no final da Idade Média. Marcella Lopes Guimarães tem investigado como os cronistas do período obtinham informações e seus estudos articulam as noções de “polifonia” e “tradição das lembranças” e apontam para a importância da língua, dos informantes acionados, das viagens empreendidas e do ponto de vista dos cronistas²⁰. Através dos apontamentos de Guimarães, nota-se que os cronistas mobilizavam diferentes informações orais e escritas na construção de suas narrativas. Ressalta-se tal perspectiva pois o discurso cronístico sobre as intrigas palacianas que marcam o fim da regência em Portugal e sobre o ocorrido no campo de batalha parece ter sido a informação que circulou pelas cortes europeias e gerou manifestações contrárias a D. Afonso V, afetando, conseqüentemente, as relações diplomáticas do reino. Olivier de la Marche

¹⁹Refere-se aqui ao que Georges Duby caracterizou como “história da recordação de Bouvines”, um dos eixos que estrutura a obra *O Domingo de Bouvines* [versão brasileira]. Nesta, o autor procura “ver como um acontecimento se faz e se desfaz, dado que, afinal de contas, tal acontecimento não existe senão através do que sobre ele dizemos e dado que se trata, mais propriamente, de uma fabricação daqueles que difundem a sua fama” (*Uma batalha na Idade Média. Bouvines, 27 de junho de 1214*. Lisboa: Terramar, 2005, p. 7).

²⁰GUIMARÃES, Marcella Lopes. Notícias ibéricas no *Livro III* de Jean Froissart (1337-1405): notas sobre a circulação de informações na Baixa Idade Média, *Revista de História Comparada*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 66-81, 2015; A polifonia de Nájera (1367), *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 7, n. 2, jul.-dez., 2014, p. 182-195.

(c.1425-1502), em suas *Mémoires*, oferece uma descrição sobre a situação do infante que corrobora tal leitura.

Et advint qu'en celluy temps le Roy manda le duc de Coymbre à venir devers luy, pour ce qu'il s'estoit ung peu de temps retire en sa duché, et qu'il estoit adverty que ses ennemis machinoyent contre luy et que le Roy y livroit accord: et mesmement avoit on fait une conspiracion secret contre le duc, sur le fait du royaulme. Si se doubta de duc, et manda ses subjectz, serviteurs et amys, pour aller au mandement du Roy, fort accompaigné: et est à sçavoir que cette assemblée ne se faisoit point contre le Roy, mais contre les malvuillans du duc, qui entrient en gouvernement et auctorité: et quand le Roy fur adverti de l'assemblée qui faisoit le duc, son oncle, il print la chose contre luy estre faicte, et de sa part assembla grans gens; et chevaucha le Roy à grosse armée contre son oncle... (LA MARCHE, 1884, Tome II, Chapitre XX).

La Marche escreveu suas *Mémoires* entre 1472 e 1501 e sua trajetória foi deveras associada à casa dos duques da Borgonha, Filipe *O Bom* (1396-1467), e Carlos *O Temerário* (1433-1477). Tal aspecto indica que a ideia de uma conspiração contra o infante como causadora da batalha vigorava na corte borguinã em finais do século XV, corte que recebeu diversos partidários de D. Pedro após 1449, incluindo os seus descendentes. Acrescenta-se que a posição expressa por La Marche tem relações diretas com as ações dos duques Filipe e Isabel no contexto de Alfarrobeira.

No plano das relações diplomáticas, a Borgonha foi uma das cortes mais próximas da realeza portuguesa desde as primeiras décadas do século XV, tendo contribuído para essa relação a passagem do infante D. Pedro por Bruges em 1426 e, principalmente, o casamento de D. Isabel com o duque Filipe em 1430. A proximidade entre as cortes permaneceu nas décadas seguintes, sendo manifesta nas correspondências da duquesa com os irmãos em Portugal²¹. Acrescenta-se que a Borgonha esteve atenta à evolução dos acontecimentos na corte avisina, acompanhando o acirramento das disputas em torno do trono e o lento afastamento do Infante da corte.

²¹ Para o estudo da correspondência de D. Isabel, ver: SOMMÉ, Monique (éd.). *La correspondance d'Isabelle de Portugal duchesse de Bourgogne (1430-1471)*. Ostfildern: Thorbecke, 2009.

Sabe-se que em 1446, os duques enviaram através do cavaleiro Jacques de Lalaing uma mensagem ao rei D. Afonso V²². É possível que a embaixada tivesse como um de seus objetivos pedir cautela na condução dos conflitos existentes na corte portuguesa entre o regente e o jovem rei (FRÓES, 2005, p.259-260). No ano seguinte, o que mais uma vez reafirma a atenção dos duques ao desenrolar da política ibérica, Filipe *O Bom* se ofereceu para mediar a harmonização das relações luso-aragonesas²³. Nesse intervalo, fontes borguinhãs atestam a circulação de oficiais de armas, alguns enviados diretamente pelo infante D. Pedro à corte de Filipe²⁴. Por esses indícios, é plausível considerar que as informações emitidas pelo regente acerca do desenrolar dos acontecimentos internos²⁵ tenham chegado à Borgonha e tido uma acolhida mais favorável do que o memorando enviado por D. Afonso V após Alfarrobeira.

Há também indícios que a notícia da morte de D. Pedro não foi bem recebida na corte castelhana. A *Crónica del Halconero de Juan II*, texto contemporâneo dos acontecimentos, descreve que:

Entrante el dicho año de 49, entró alguna discordia entre el rrey don Alfonso de Portugal e el dicho ynfante don Pedro su tío, por quanto algunos cavalleros del rreyno avían fecho entender al dicho rrey cómo este ynfante (...) se avía avido mal en la dicha gouernación, e le avía mucho dañificado su rreyno. (...) E de aquesta muerte deste ynfante don Pedro ovo mucho enojo el Rey don Juan de Castilla, por quanto era mucho cosa suya, e avía dado fauor contra sus contrarios, e creya tener por sua causa gran parte en el rreyno de Portugal. (CARRILLO DE HUETE, 2006, Capítulo CCCLXXVIII).

²² Le livre des faits du bon Chevalier messire Jacques de Lalaing. In: *œuvres de Georges Chastelain*. Publiés par M. Le Baron Kervin de Lettenhove. Bruxelles, tome VIII, 1863-1866, p. 121.

²³ *Monumenta Henricina*. *Idem*, Vol. IX, doc. 145.

²⁴ Em outubro de 1446 um oficial de armas do regente foi enviado a Borgonha, encontrando-se em Bruxelas com o conselheiro de Filipe o Bom, também português, Fernando de Miranda. No ano seguinte, o rei de armas Pedro Ruiz Moniz viajou a Flandres, tendo com o duque na cidade de Bruges tratando de assuntos secretos. Em 1449, novamente o oficial de D. Pedro volta à Bruxelas. Cf.: PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. *Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, Commission Nationale pour les Commémorations des Découvertes Portugaises, 1995, p. 365-369, 376, doc. 282, 285, 290, 300.

²⁵ *Monumenta Henricina*. *Idem*, Vol. IX, doc. 211.

Nota-se que tanto nas *Mémoires* como na *Crónica del Halconero de Juan II*, textos anteriores às crônicas de Rui de Pina e Duarte Nunes de Leão, a informação de que D. Pedro foi alvo de uma conspiração, de intrigas palacianas movidas por grupos de nobres do reino e que a morte do infante foi um mal para a coroa portuguesa é recorrente, demonstrando que esta visão de Alfarrobeira circulava pelas cortes da Cristandade e mostrava-se como versão oficial dos acontecimentos ocorridos em Portugal.

Ciente dessas informações, D. Afonso V decidiu agir e enviar Afonso Pereira com um memorando ao rei de Castela e ao duque da Borgonha. O jovem monarca português após assumir o trono, afastar o poderoso tio da corte e vencer a batalha de Alfarrobeira, teve que enfrentar a pressão externa que condenava a sua atitude, e tais pressões, manifestas em diferentes embaixadas, tinham como base informações que denunciavam uma conspiração contra o regente e projetavam um rei moço e pouco experiente. Consequentemente, esta versão do acontecimento desfavorecia a imagem externa da realeza e do próprio rei. A fim de limitar os impactos negativos destas notícias, D. Afonso V redigiu um memorando.

O documento inicia expondo as circunstâncias do estabelecimento da regência em Portugal e caracteriza D. Pedro destacando a cobiça, o desejo agudo e desordenado do Infante pelo regimento, e a falsidade apresentada nas cerimônias. Nas palavras do rei, o duque de Coimbra chegou ao poder nas Cortes de Lisboa apoderando-se do reino com o apoio de gentes de armas e o receio dos pequenos. O memorando indica que o Infante promoveu a perseguição e os maus-tratos com os bons servidores da rainha, ações que visaram favorecer os seus apoiantes, além de ter deixado a regência com demonstração de descontentamento. D. Afonso V também afirma que, mesmo com tais atitudes, confirmou terras e tenças e fez ao Infante singular mercê. O documento trata ainda da contenda entre D. Pedro e o duque de Bragança, expressando que o tempo da execução da divina justiça havia chegado ao Infante. Na sequência desse trecho, o memorando passa a descrever os acontecimentos de Alfarrobeira.

Ao longo do texto o rei apresenta D. Pedro com ávido desejo de reger, afeito ao fingimento e à cobiça, com comportamento tirano e desobediente e, ao descrever a batalha, afirma que os partidários do Infante gritavam “*Real, Real por elrrej dom Pedro*”, numa clara tentativa de demonstrar que o duque buscava assumir o trono. Todavia, o principal trecho do memorando é: “*E, por estas conclusões, que lhe assim dizer enuiamos, poderá hauer asas comprida e uerdadeira enformação dos passados feitos e pode conhecer a justa causa que tiuemos de contra elle procedermos*”²⁶. Para controlar as versões indesejadas e combater as informações desfavoráveis à sua posição, D. Afonso V reivindica a “verdadeira informação” sobre os acontecimentos.

Sabe-se que entre julho e agosto de 1449, Rodrigo Leonardes chegou à Bruges e, de acordo com Jacques Paviot, essa missão também deve ter levado informações sobre o ocorrido em Portugal (PAVIOT, 1995, p.377, doc. 302). Que informações ou que versão do acontecimento levou o mensageiro português? Sem respostas para essa indagação, é possível afirmar que o memorando de D. Afonso V não foi exitoso e não conseguiu impedir as críticas dos duques da Borgonha.

Para expressar as suas queixas os duques enviaram, em agosto de 1449, o beneditino Jean de Jouffroy, deão de Saint-Vivent-sous-Vergy. Ao todo o embaixador proferiu quatro orações em latim, nas quais defendeu o antigo regente, cobrou a sepultura do mesmo no mosteiro da Batalha e o amparo aos filhos e à viúva do Infante²⁷. O pronunciamento do deão de Vergy deu-se em Évora, entre dezembro e janeiro de 1450, perante a corte que estava na cidade. Em tom enérgico e respaldando-se em Cícero, Jean de Joffroy buscou impressionar os ouvintes, exigindo que o Infante tivesse a sepultura digna e que os filhos pudessem seguir para a Borgonha²⁸.

²⁶ *Monumenta Henricina. Idem*, Vol. X, doc. 49.

²⁷ A primeira oração proferida foi *Temperanciam sane difficilem*, no dia 6 de dezembro, no dia 13 fez a oração *Sive ingenii nostri*, em 12 de janeiro proferiu *Tandemne vincet in te*, e por fim, *Que res magnam spem*, aos dezesseis dias do mesmo mês. Cf.: PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482)*. *Idem*, p. 44-45

²⁸ Os discursos do deão de Vergy encontram-se publicados em: MARTINS, Oliveira. *Os filhos de D. João I*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891, Apêndice (h), p. 427-467.

Embora não tenha alcançado êxito pleno na intervenção – principalmente em relação aos despojos do infante –, o deão de Vergy ao menos conseguiu que os filhos de D. Pedro fossem liberados para seguir para a Borgonha. Não obstante, ao regressar à corte borguinhã com as novas, Jean Joffroy deu motivos para que D. Isabel continuasse na peleja a favor dos restos mortais e da memória do irmão. Nesse sentido os duques apresentaram queixas ao papa Nicolau V, que pelas letras *Querelam dilecte*, de 21 de maio de 1450, comunicou aos bispos de Tournai, Salamanca e Leão, ter sido informado da forma desumana como morreu o duque de Coimbra. O Sumo Pontífice prometia a excomunhão de todos aqueles que ocultassem o corpo do infante, estabelecendo o prazo de trinta dias para que os despojos fossem entregues para as pessoas indicadas pela duquesa da Borgonha²⁹.

Tendo em vista essa movimentação diplomática, nota-se o impacto externo negativo relacionado às notícias sobre Alfarrobeira e o fracasso da missão de Afonso Pereira (e de Rodrigo Leonardes?), que carregava a versão afonsina dos acontecimentos. Esses elementos culminam na embaixada do deão de Vergy e na letra papal de 1450, expressões do abalo externo criado pela morte do infante.

Por volta outubro de 1450, D. Afonso V enviou Pero Gonçalves, Vasco Fernandes de Lucena e o arauto Lisboa ao papa Nicolau V. Humberto Baquero Moreno argumenta que a participação de Vasco de Lucena na embaixada foi estratégica, visto que: “a posição ideológica do nosso embaixador, aliada à sua cultura humanística e às relações que mantivera com o Infante Dom Pedro, constituíam um poderoso trunfo a favor do monarca, na sua preocupação de justificar a sua ação junto a Santa Sé” (MORENO, 1979, vol. II, p. 846). Conforme o apontamento de Moreno é provável que a embaixada tivesse como objetivo justificar o ocorrido em Alfarrobeira. No entanto, em virtude do desenrolar dos acontecimentos ela teve uma relevância ainda maior. Entre a embaixada de Afonso Pereira e a

²⁹ *Monumenta Henricina, Idem*, Vol. X, doc. 166, p. 227-231; MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979, p. 520.

comitiva de outubro de 1450, Portugal tinha recebido o deão de Vergy e, principalmente, as ásperas determinações do pontífice estabelecidas nas letras de maio. Nesse sentido, a comitiva encabeçada por Lucena visava abrandar as informações sobre Alfarrobeira e restabelecer a imagem portuguesa na Cúria papal. Não se pode afirmar que a embaixada foi exitosa, posto que Nicolau V apenas revogou as suas determinações dois anos depois, mas é provável que a missão tenha tido sucesso em desfazer o desgaste que marcava as relações entre Portugal e a Santa Sé após a batalha de 1449.

Em 1452, D. Afonso V enviou nova missão diplomática a Roma. Um dos embaixadores, Luís Gonçalves Malafaia aparece em súplica do mês de abril solicitando a nomeação de D. Jaime, filho do antigo regente morto em Alfarrobeira, para a posição de Cardeal³⁰. Em vista do novo quadro, a revogação da bula surge apenas como uma formalização, necessária, porém já esvaziada do sentido presente em sua formulação, visto que o processo de recuperação da memória do infante D. Pedro já estava em curso em Portugal e manifestava-se na cúria papal.

Considerações finais

Ao longo deste texto, buscou-se apresentar diferentes aspectos da problemática relativa a Informação e Diplomacia, linha de investigação relacionada tanto aos novos estudos da história política, em especial do campo da Comunicação, como ao que se caracteriza atualmente como “nova história da diplomacia medieval”. Deste modo, estruturou-se o artigo na compreensão das políticas de informação das cortes ibéricas quatrocentistas, com destaque para as ações empreendidas pelos monarcas portugueses da dinastia de Avis.

³⁰ *Monumenta Henricina, Idem*, Vol. XI, doc. 135.

No caso de Ceuta, tentou-se mostrar como o contexto de preparação da armada foi palco de um amplo movimento diplomático, não apenas por parte do reino de Portugal, como também por outros da Europa. Algumas das embaixadas foram consequência da política de segredo levada a cabo pelo mestre de Avis, que decidiu não revelar o destino da frota, gerando ainda mais rumores sobre o objetivo da armada. Muitos temiam um possível ataque, D. Fernando de Antequera era um dos mais interessados em saber quem Portugal atacaria, levando em consideração as informações e os rumores que corriam sobre um possível ataque ao reino da Sicília.

Ademais, o caso de Ruy Diaz permite ver muitos elementos do que alguns chamam de diplomacia secreta. A relação entre informação e diplomacia é expressiva no estudo desse caso. Percebe-se que enquanto fazia o papel de um mensageiro, ele também era um espião de D. Fernando de Antequera que buscava uma informação em especial, o destino da armada. Apesar dos grandes esforços do espião aragonês a missão não foi bem-sucedida. De fato, uma informação recebida de forma privilegiada, se bem utilizada poderia resultar em vantagens, sejam elas políticas ou militares, porém nem sempre houve êxito nessa busca de informação, como no caso de Ruy Diaz. Por fim, viu-se que provavelmente ele ainda teria sido alvo de contrainformação por parte de Gonçalo Lourenço, escrivão da puridade do rei de Portugal.

O exemplo de Alfarrobeira é singular como expressão da variedade de elementos presentes nas relações diplomáticas e dentre tais aspectos destacou-se a questão das versões do acontecimento como expressão da ligação entre Informação e Diplomacia no final da Idade Média. D. Afonso V enviou Afonso Pereira com um memorando numa clara tentativa de controlar e modificar as informações que condenavam a postura régia na condução do conflito e exaltavam o antigo regente, porém tal missão resultou em fracasso, tanto pelo monarca ter recebido duras críticas borguinês e a censura papal, como, principalmente, porque a versão régia da batalha, isto é, a informação oficial do acontecimento, não se fixou na

posteridade. As crônicas coevas oferecem indícios de que o próprio infante D. Pedro, os seus partidários em Portugal e os seus aliados e simpatizantes alhures, assim como aqueles que compartilhavam a *fama* adquirida pelo infante ao longo da vida, fizeram prevalecer uma versão de Alfarrobeira que se pode classificar como “oficiosa”, mas que a despeito da ação do rei, tornou-se oficial e entrou para a memória do reino, tal como atestam as crônicas de Rui de Pina e Duarte Nunes de Leão.

Diante do exposto, espera-se ter demonstrado a importância crescente da informação, entendendo tal fator associado a uma política de informação, na qual os poderes baixo-medievais buscavam obter vantagens através da coleta e do uso da informação. Através de dois casos relacionados a diplomacia quatrocentista, compreende-se que o controle de informação, a contrainformação ou manipulação de informação, fazem parte de um processo de tomada de decisões no qual governantes davam significado político e diplomático a essa informação.

Fontes

CARRILLO DE HUETE, Pedro. *Crónica del Halconero de Juan II*. Edición y estudio por Juan de Mata Carriazo. Granada: Universidad de Granada, 2006.

LA MARCHE, Olivier de. *Mémoires d'Olivier de la Marche*. Paris: Librairie Renouard, 1884, Tome II.

LANDIM, Gaspar Dias de. *O infante D. Pedro*. Crônica inédita. Lisboa: Escriptorio, 1892.

LEÃO, Duarte Nunes de. Crônica e vida del Rey D. Affonso V. In: *Crônicas dos reis de Portugal*. Lisboa: Officina de José de Aquino Bulhões, 1780, tomo II.

Le livre des faits du bon Chevalier messire Jacques de Lalaing. In: *œuvres de Georges Chastelain*. Publiés par M. Le Baron de Lettenhove. Bruxelles, tome VIII, 1863-1866.

Monumenta Henricina. Ed. António Joaquim Dias Dinis. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da morte do Infante D. Henrique, 1960, 1968-1970, Vol. II, IX-XI.

PINA, Rui de. *Chronica de El- Rei D. Affonso V.* Escriptorio, Lisboa: Rutgers University Libraries, 1901.

ZURARA, Gomes Eanes de. *Crônica da tomada de Ceuta.* Introdução e notas de Reis Brasil. Publicações Europa-América, 1992.

Referências bibliográficas

ANSWAARDEN, Robert van. Dois arautos e um harpista. As missões diplomáticas de D. João I à Holanda. In: *História*, nº 26/27, dez. 1980/jan.1981, p. 44-59.

BELL, Daniel . *The coming of post-industrial society: a venture in social forecasting.* New York: Basic Books, 1973.

CASTELLS, Manuel. *The rise of the network society, the information age: Economy, society and culture.* Vol. I. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell, 1996.

_____. *The power of identity, the information age: Economy, society and culture.* Vol. II. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell, 1997.

_____. *End of millennium, the information age: Economy, society and culture.* Vol. III. Malden, MA; Oxford, UK: Blackwell, 1998.

CAPURRO, Rafael & HJORLAND, Birger. O conceito de informação. *Perspectivas em Ciência da Informação*, v. 12, n. 1, jan./abr., 2007, p. 148-207.

CONTAMINE, Philippe. Introduction. In: *La circulation de nouvelles au Moyen Âge.* Rome: École Française de Rome, 1993, p. 9-24.

DUBY, Georges. *Uma batalha na Idade Média. Bouvines, 27 de junho de 1214.* Lisboa: Terramar, 2005.

FODALE, Salvatore – Blanca de Navarra y el gobierno de Sicilia, *Principe de Viana*, año 60, n. 217, 1999, p. 311-321.

FRÓES, Vânia Leite. Le cardinal du Portugal: célébration de l'avie et mémoire de la mort à Florence au *Quattrocento.* In: *A Igreja e o clero português no contexto europeu.* Lisboa: Universidade Católica Portuguesa, 2005, p. 257-266.

GAUVARD, Claude. Introduction. In: *Information et société en Occident à la fin du Moyen Âge.* Paris: Publications de la Sorbonne, 2002, p. 11-36.

_____. Rumeur et stéréotypes à la fin du Moyen Âge. In: *La circulation de nouvelles au Moyen Âge.* Rome: École Française de Rome, 1993, p. 157-177.

- GÜRKAN, Emrah Safa. *Espionage in the 16th century mediterranean: secret diplomacy, mediterranean go-betweens and the Ottoman Habsburg rivalry*. Washington: Georgetown University, 2012.
- JUCKER, Michael. Secrets and politics: methodological and communicational aspects of late medieval diplomacy, *Il Segreto, Micrologus*, 14, 2006, p. 1-35.
- LAZZARINI, Isabella. *Communication and conflict. Italian diplomacy in the Early Renaissance, 1350-1520*. Oxford: Oxford University Press, 2015.
- LIMA, Douglas Mota Xavier de. *O infante D. Pedro e as alianças externas de Portugal (1425-1449)*. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2012.
- MARTINS, Oliveira. *Os filhos de D. João I*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.
- MORENO, Humberto Baquero. *A Batalha de Alfarrobeira*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1979.
- PAVIOT, Jacques. *Portugal et Bourgogne au XVe siècle (1384-1482). Recueil de documents extraits des archives bourguignonnes*. Lisbonne-Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 1995.
- PÉQUIGNOT, Stéphane. *Au nom du Roi. Pratique diplomatique et pouvoir durant le règne de Jacques II d'Aragon (1291-1327)*. Madrid: Casa de Velázquez, 2009.
- SANCHEZ, Santiago. El espionaje en los reinos de la Península Ibérica a comienzos del siglo XV, *En la España medieval*, Madrid, v. 38, p. 135-194, 2015.
- SOMMÉ, Monique (éd.). *La correspondance d'Isabelle de Portugal duchesse de Bourgogne (1430-1471)*. Ostfildern: Thorbecke, 2009.
- VIVO, Filippo de. *Information and communication in Venice: rethinking Early Modern politics*. Oxford: Oxford University Press, 2007.
- PINTO, Vitor Manuel da Silva Viana. *De olhar atento e ouvidos à escuta*. Coimbra: Universidade de Coimbra, Dissertação de Mestrado, 2015.
- WEBSTER, Frank. *Theories of the information society*. Oxford: Routledge, 1995.

Recebido em 30 de maio de 2017
Aprovado em 10 de julho de 2017